

LAMARCA: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Tânia Miranda, historiadora e mestre em educação.

tania.miranda@terra.com.br

A memória de Carlos Lamarca, líder da resistência à ditadura militar no Brasil, finalmente, está sendo resgatada pela região de Brotas de Macaúbas, interior baiano, local onde, em 1971, foi abatido pelas forças da repressão.

A memória histórica constitui uma das mais fortes e sutis formas de dominação e de legitimação do poder. Quem escreve a história – a história oficial - são homens e mulheres, daquele presente, que a viveram direta ou indiretamente. A institucionalização da memória oficial serve como legitimadora e justificadora do projeto político de dominação. Tradicionalmente, são os porta-vozes de grupos ou classe social hegemônica que impõem a sua visão para perpetuar a memória da dominação, excluindo da história os povos, oficialmente sem história. Os vencedores, ao mesmo tempo em que intervêm nos acontecimentos, criando as condições para a sua própria dominação, contam a História do seu jeito, selecionando o que deve ser dito, os agentes sociais que devem ser lembrados e os que devem ser apagados e esquecidos da memória social. Procuram, com isso, ocultar as permanências e as rupturas, as diferenças e as contradições das relações sociais, aquilo que pode significar ameaça à perpetuação do seu poder ou que possam perturbar o *status quo* da sua história. O historiador/professor precisa ficar atento a isso e criar as condições que permitam desmontar a trama dessa dominação.

Pautada nessa concepção positivista, a historiografia brasileira tradicional privilegiou a ação dos nomeados heróis nacionais em detrimento de outros sujeitos históricos. Preservam-se as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esquecem-se das senzalas, dos quilombos, das vilas operárias e dos cortiços, nos diz o historiador Ricardo Oriá. Nessa linha, sugiro ao leitor um breve passeio para conhecer os nomes de ruas e avenidas e uma rápida olhada nos monumentos históricos que decoram as praças de nossas cidades. É a História oficial imortalizando seus *heróis* e excluindo da história líderes de movimentos de contestação e resistência, roubando do estudante a oportunidade de ouvir a voz de outros heróis.

A partir da década de 1980 – retomada da democracia e marco de mudanças – quando se inaugura uma nova fase para a historiografia brasileira, os reflexos não tardam a aparecer, sem, no entanto, se configurar como tendência institucional. São mudanças pontuais fruto da ação/pressão de setores da sociedade civil. O tombamento da Serra da Barriga, local onde se desenvolveu o maior quilombo da história do Brasil - Palmares - e o tombamento do Arraial de Canudos, onde ocorreu um dos mais importantes movimentos populares da história nacional, são exemplos. Valquíria Afonso Costa, tida como desaparecida política em 1973, após prisão e morte sob tortura nos porões da ditadura militar, recebeu homenagem de uma cidade do interior de Minas

Gerais – seu Estado natal - e o seu nome foi dado a uma antiga rua, fruto de projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores.

Em 1975, a ditadura militar fez uma limpeza na área da Guerrilha do Araguaia com o objetivo de apagar os vestígios de que algum dia um conflito ali ocorrera. Ou seja, tentou-se excluir o fato da nossa história. Em 2005, na entrada da cidade Xambioá-TO, foi destruído um jardim de 30 m². Nele, estavam espalhadas as cinzas de João Amazonas, um dos principais dirigentes comunista, falecido em 2002 e que participou da Guerrilha do Araguaia. Para muitos, essa guerrilha é o maior símbolo da luta contra a ditadura militar. Esse ato, que nada tem de puro vandalismo, revela que seus autores estavam imbuídos do espírito de manter no anonimato a memória não-oficial da nossa história.

Com Lamarca reconhecido e inserido na história da Bahia e do Brasil, comemoramos. Mas é preciso continuar desafiando a lei do silêncio imposto pelos opressores, persistir na luta para tirar do anonimato atores sociais, dando voz à memória coletiva, problematizando a vivência dos diferentes grupos, confrontando suas propostas, fazendo emergir suas contradições. É preciso reconhecer que a memória social coletiva é princípio fundante para a formação de sujeitos críticos, capazes de ações transformadoras.

Publicado pelo jornal A Tarde, Bahia, em 23/09/2010.